



SEÇÃO: DOSSIÊ

Enfrentando a berlinda: usos públicos da história e do patrimônio cultural no sertão cearense

Facing the berlinda: public uses of history and cultural heritage in Ceará's hinterland

Enfrentando el banquillo caliente: usos públicos de la historia y el patrimonio cultural en el interior de Ceará

Mário Martins Viana

Júnior¹

orcid.org/0000-0001-5957-7021

mario_ufc@hotmail.com

Antonio Gilberto Ramos

Nogueira¹

orcid.org/0000-0001-8426-3534

antonioantonio@uol.com.br

Recebido em: 28 jul. 2020.

Aprovado em: 26 mar. 2021.

Publicado em: 31 ago. 2021.

Resumo: A experiência interventiva em comunidades rurais cearenses, a partir do trabalho com a metodologia do Inventário Participativo e do debate em torno de categorias como memória, patrimônio e identidade, se constitui em mote privilegiado para refletirmos sobre os usos presentes do passado na produção de narrativas pelos movimentos sociais. A primeira parte do artigo identifica e analisa problemáticas concernentes à região do Médio Jaguaribe cearense, com foco nas comunidades rurais do município de Potiretama. Em seguida, escrutinando os problemas oriundos da construção da Barragem do Figueiredo, interpomos algumas questões em relação às possibilidades do ofício do historiador, possuindo como eixo a pergunta: é possível avançarmos da postura analítica para a propositiva no campo histórico/historiográfico? Considerando a contribuição do patrimônio cultural como uma variante de apropriação do passado e sua transmissão, demonstramos as possibilidades de usos públicos da história e as suas formas de apresentação que, neste caso, auxiliaram nos processos de luta e resistência das populações do campo, tais como: a construção de museu comunitário, criação de trilhas históricas e arqueológicas, oficinas de pintura e audiovisual, entre outros.

Palavras-chave: História pública. Identidade. Memórias. Patrimônio. História regional e local.

Abstract: The interventional experience in rural communities of Ceará, based on the work with the Participative Inventory methodology and the debate around categories such as memory, patrimony and identity, constitutes a privileged stand to reflect on the present uses of the past in the production of narratives by social movements. The first part of the article identifies and analyzes problems concerning the Middle Jaguaribe region in Ceará, focusing on rural communities in the municipality of Potiretama. Afterwards, scrutinizing the problems rising from the construction of the Figueiredo Dam, we question the possibilities surrounding the historian's craft, with the following axial inquiry: is it possible to move from an analytical posture to a propositional one in the historical/historiographic field? Considering the contribution of cultural heritage as a variant of appropriation of the past and its transmission, we demonstrate the possibilities of public uses of history and its forms of presentation which, in this case, have helped in the struggle and resistance processes of countryside populations, such as: the construction of a community museum, the creation of historical and archaeological trails, painting and audiovisual workshops, and others.

Keywords: Public History. Identity. Memoirs. Heritage. Regional and local History.

Resumen: La experiencia intervencionista en comunidades rurales de Ceará, basada en el trabajo con la metodología del Inventario Participativo y el debate en torno a categorías como memoria, patrimonio e identidad, se constituyó como un lema privilegiado para reflexionar sobre los usos presentes del pasado en producción de cabello narrativo por los movimientos sociales. En la primera



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, CE, Brasil.

parte del artículo, identifica y analiza problemas relacionados con la región del Jaguaribe Medio de Ceará, enfocándose en las comunidades rurales del condado de Potiretama. Luego, examinando los problemas derivados de la construcción de la presa de Figueiredo, hacemos algunas preguntas en relación a las posibilidades de la profesión de historiador, planteando la pregunta: ¿Es posible avanzar en la posición analítica para el propósito o campo histórico / historiográfico? Considerando el aporte del patrimonio cultural como variante de apropiación del pasado y su transmisión, demostramos las posibilidades de usos públicos de la Historia y sus formas de presentación que, en este caso, nos ayudan en los procesos de lucha y resistencia de las poblaciones rurales, tales como: construcción de un museo comunitario, realización de senderos históricos y arqueológicos, talleres de pintura y audiovisuales, entre otros.

Palabras clave: Historia pública. Identidad. Memorias. Patrimonio. Historia regional y local.

Problemáticas para a história

Se o profissional como previsto no projeto de lei [que trata da regulamentação da profissão de historiador] vingar, talvez nada mude na rotina dos historiadores especialistas que se dedicam quase que exclusivamente à pesquisa. A existência, porém, de um profissional "historiador" socialmente reconhecido pode ter consequências caso os historiadores se dispuserem a reverter positivamente o fato (FAGUNDES, 2014, p. 15).

A provocação acima nos põe a pensar sobre as características, as possibilidades e as formas de atuação do/no campo histórico no tempo presente. De fato, como interposto por Fagundes, a pesquisa histórica e o texto como narrativa vinculada e resultante dessa ação conformam uma espécie de éthos historiográfico que dificilmente se abre ou permite alternativas. Em reflexão, caberia aos profissionais da área pensar sobre a cultura histórica da própria disciplina, percebendo-a como uma entre outras referências de analisar o passado (e por que não o presente?), o que nos projetaria para outros formatos de atividades para além do texto escrito.

Como lembra Antoine Prost (2008, p. 211), "[...] escolhemos uma perspectiva analítica" o que está fundamentado em um ponto de vista lógico e método crítico. Daí a expectativa na construção de perguntas e de respostas fiáveis pelos historiadores, endossando a formatação dos resultados da pesquisa a partir de narrativas em

textos escritos peculiares ao campo. Entretanto, em diálogo com Fagundes (2014), caberia uma interposição: em paralelo ou para além da análise e do texto escrito poderia o historiador enveredar pela perspectiva propositiva, inclusive, lançando mão de outros formatos de trabalho ao se dedicar a temporalidades do presente?

Uma imersão na zona semiárida do país nos interpela a esse e outros desafios. Afinal, quais seriam as possibilidades no campo histórico na relação com populações rurais e movimentos sociais sem imergir no seu tratamento como laboratório vivo de análise (queixa tão comum das populações que são alvos de estudos)? Como não reduzir os sujeitos a simples objetos de pesquisa? Mas, ao contrário, perceber esses mesmos sujeitos como produtores de conhecimento. Afinal, o que as boas práticas da história pública em perspectiva com a história oral podem nos oferecer como via alternativa para pensarmos uma autoridade compartilhada como nos ensina Michael Frisch (1990)? Em que medida correspondem a um diálogo ampliado entre a etnografia do patrimônio e a história da memória?

Além dessas questões apresentadas em forma introdutória, este artigo está estruturado em outros cinco tópicos que versam sobre: a região de atuação e estudo; as tensões em torno da construção de barragens e áreas de irrigação; o detalhamento da proposta de trabalho a partir de aspectos conceituais e metodológicos; a execução do trabalho e as suas etapas; a descoberta e reconhecimento de sítios arqueológicos; e uma conclusão.

A partir da metodologia do Inventário Participativo e de um amplo debate teórico sobre memória, patrimônio e identidade, docentes e alunos dos cursos de História e Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC) fizeram uma imersão junto a populações do campo cearense. Os trabalhos de extensão, pesquisa e ensino realizados juntos com comunidades do campo, principalmente em diálogo com a juventude rural, resultaram em ações de inventariar, descrever, classificar, definir e promover patrimônios locais. Diante das demandas locais, mostraremos como o patrimônio surgiu como elemento ativo de organização social e forma de resistência, conforme veremos adiante.

Disputas de memórias no semiárido cearense

Referimo-nos aqui, especificamente às comunidades rurais dos municípios de Potiretama, Alto Santo e Iracema, na região do Médio Jaguaribe do estado do Ceará. Tal como em outras áreas do interior do Nordeste do Brasil, esses territórios são historicamente marcados pela concentração fundiária e por relações sociais concatenadas a uma lógica restrita de uso e acesso a terra e à água:

As Comunidades Rurais, filhas do município de Potiretama e as comunidades atingidas pela obra da Barragem do Figueiredo (Lapa, Boa Esperança I e II e Vila São José), não muito diferente da realidade da maioria das comunidades do semiárido cearense, estão inseridas numa região marcada pelo coronelismo, perseguição política partidária, implantação de projeto do agrohídronegócio, ausências de políticas públicas e negações de direitos promovidas pelo próprio Estado, e uma forte seca consecutiva nesses últimos três anos, que provoca um agravamento na condição de vida dos/as moradores/as, principalmente no tocante ao direito a água.²

Os territórios ocupados por essas comunidades remetem ao fim do século XIX e início do XX, conforme análise de relatos orais obtidos através do projeto "Memória e Patrimônio: Inventário Participativo pelas Comunidades do Médio Jaguaribe", vinculado ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER) na UFC.³ Ao longo da última década tais comunidades passaram a conformar uma rede de atuação política com o objetivo de garantir seus direitos civis, sociais e políticos mais básicos, principalmente em virtude das intervenções do Estado na região: a construção de um açude e a prospecção de um perímetro de irrigação. A partir de 2007, mais especificamente, essas comunidades ampliaram seu raio de ação, costurando contatos com organizações não governamentais que compõem

a Articulação do Semiárido (ASA) e com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município. Merece destaque, dentro dessa dinâmica horizontal, a intensa participação da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte (CDLN): organização ligada à Igreja Católica que atua no Baixo e Médio Jaguaribe desde 1950 em interlocução direta com os sujeitos da região.⁴

Diante desse contexto construímos uma proposta conjunta alicerçada na metodologia do Inventário Participativo. Através dele, a memória, o patrimônio e a identidade se concatenaram aos debates sobre questão agrária no âmbito da história do tempo presente e da história pública. Importante sublinharmos que, ao tratarmos de História do Tempo Presente, focamos no diálogo com Neves e Ferreira (2014, p. 7) por concordarmos que houve uma ampla renovação historiográfica nos últimos anos, principalmente com foco na interdisciplinaridade e na "[...] valorização de atores individuais e coletivos, [na] relação dialética entre memória e história". Já para o estreitamento com os ensinamentos da história pública, vinculamo-nos às análises de Cauvin (2019, p. 25) quando enfatiza que ela é responsável por uma "[...] uma revalorização do uso e comunicação da história", pondo em destaque o debate necessário sobre os usos da história para além do mundo acadêmico.

Do ponto de vista analítico, confirmamos que o processo de construção do Açude Figueiredo impactou e continuaria a impactar negativamente a vida das populações locais. Antes, durante e depois da obra os traumas criados se fizeram sentir em diferentes níveis, quase que impressos nas memórias dos sujeitos.⁵ Mesmo antes do início da intervenção estatal, os estudos e relatórios de impacto ambiental conferiam o tom agressivo do progresso que chegaria na região de forma seca e previsível:

² CÁRITAS DIOCESANA DE LIMOEIRO DO NORTE(CDLN). Acervo Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte. Plano de trabalho. Região Figueiredo, [201-]. p. 1.

³ O projeto "Memória e Patrimônio: Inventário Participativo pelas Comunidades do Médio Jaguaribe" está registrado na Pró-Reitoria de Extensão sob número Ch00.2015.pj.0173.

⁴ Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais da Universidade Federal do Ceará (COMTER). Memória das Comunidades Impactadas pelos Perímetros Irrigados no Ceará (MCIPIIC). Entrevista temática Padre Francisco Aquino Júnior. 29/03/2017. COMTER/UFC. MCIPIIC. Comunidade Cipó. Entrevista temática Maria Sebastiana da Silva Vidal. 29/08/2015.

⁵ Sobre a relação entre Estado e Memória, principalmente no que toca às memórias traumáticas, sugerimos a obra *El Estado y la Memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*, organizada por Vinyes (2009). A importância do testemunho diante dos eventos traumáticos é abordada por Fico (2012) em sua singularidade para a História do Tempo Presente.

Sobre o meio abiótico (clima, solo, rios etc.): **(1) aumento do desmatamento; (2) emissão de material particulado em elevada escala; (3) poluição acústica; (4) pequenos abalos sísmicos [...];** (5) desencadeamento de processos erosivos; (6) **assoreamento de cursos d'água periféricos; [...]** (8) reflexos negativos sobre a recarga de aquíferos decorrente do decréscimo das taxas de infiltração da água das chuvas no solo; (9) alterações no clima local, como possível elevação da temperatura; [...] (11) alterações no nível dos lençóis freáticos das áreas de entorno do reservatório com a formação do lago; (12) redução do incremento anual de sedimentos nas planícies de inundação das áreas de jusante que não terão os nutrientes dos solos renovados naturalmente (COBA, [2003?], p. 150, grifo nosso).

Além desses impactos, a fauna sofreria com problemas que iam desde a fuga, desestruturação das relações entre espécies até o incremento das populações de insetos, com o aumento potencial de vetores de doenças infectocontagiosas e pragas agrícolas. No que diz respeito aos choques sofridos pelos moradores da área que seria inundada pela construção do Açude, totalizando 153 famílias, os estudos projetavam um intenso sofrimento emocional e cultural, além do abalo das relações sociais e familiares com o processo de deslocamento e reassentamento dessas pessoas.

Indo mais longe, após o término e entrega do Açude, constatamos que as expectativas do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da Barragem do Figueiredo foram superadas, negativamente, em muitos aspectos. O futuro apontado pelo documento em que as adversidades e as indefinições superavam os benefícios, apesar de assustador, não foi suficiente para impedir a execução do projeto, concretizando tempos de percalços e incertezas para as famílias diretamente atingidas:

[Denúncia] As famílias atingidas pela obra da Barragem do Figueiredo, em 2000, foram transferidas para as residências somente este ano [2014] e continuam sem água, sem energia, sem terra para produção, dentre outras necessidades básicas. [Reivindicação] Água em quantidade e qualidade para as necessidades dos

moradores de Potiretama; uma adutora emergencial e definitiva; a recuperação e perfuração de novos poços; além da NÃO privatização da água do Açude/Barragem do Figueiredo por empresa do agronegócio. Ressaltamos que a água é direito essencial à vida.⁶

Escrutinar os inúmeros impactos gerados por esse grande projeto hídrico tomaria espaço demais para os propósitos deste texto.⁷ Nesse sentido, talvez o ano de 2013 apareça como condensador de temporalidades conflitantes em torno dessa intervenção. No dia 14 de junho daquele ano, organizou-se uma grande festa cívica para a inauguração do Açude Figueiredo. Após o início da festividade puxada por música regional, o governador do Estado e sua comitiva chegaram de helicóptero compondo o cenário espetacular. Dividiram o palanque com prefeitos, deputados e senadores, com quem puderam descortinar a placa inaugural da obra e compartilhar as falas e elogios mútuos.

No ato cívico detalhadamente pensado e executado (SCHWARCZ, 1998), o teatro da política parecia se impor e se confundir com a realidade. Marcava-se benemeritamente cada um dos políticos responsáveis pela obra e se tentava projetar e construir uma memória de celebração em torno do Açude, acionando elementos regionais identitários:

Quatro anos de seca, dois anos de enchente e um só, em sete anos, ano normal. Então, eu mesmo visitei [...] municípios prejudicados por conta de uma enchente e grande parte dessa enchente o responsável foi o Rio Figueiredo. A partir de agora, essas populações, a gente pode garantir isso aqui que nenhuma família desses municípios que eu falei vão ter mais problema com enchente [...]. Porque é esta a funcionalidade do açude. É funcionar como uma sanfona: no inverno você abre o fole, no verão você fecha o fole [...]. No inverno evita a enchente e no verão ajuda a famílias, a pequenos agricultores a fazerem a irrigação, a fazerem a vazante, a poderem utilizar os espaços que vão estar perenizados com essa água.⁸

O espetáculo executado buscava aglutinar diferentes temporalidades ao manipular, por um

⁶ CDLN [Correspondência] Destinatário: Prefeitura Municipal de Potiretama (Ceará). Potiretama, 23 jul. 2014, p.1. Acervo CDLN. Região do Figueiredo.

⁷ Para aprofundamento do tema, sugerimos a dissertação de Francisco Marcos de Sousa (2013) que trata das relações entre a Barragem do Figueiredo, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e os camponeses do Assentamento Boa Esperança.

⁸ Transcrição de texto do vídeo *Inauguração da Barragem Figueiredo* ([2013]). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oHS-ZHW05Dos&t=1s>. Acesso em: 13 jun. 2019.

lado, aspectos identitários da região em uma busca de legitimidade e, por outro lado, ao projetar expectativas de segurança e estabilidade para as populações do Médio e Baixo Jaguaribe cearense. A fala do então governador Cid Gomes expressava no ritual de inauguração uma busca de adensamento de uma memória coletiva, que se queria compartilhada, além de tentar marcar o início de uma nova história no estado, no semi-árido, na região, ou até mesmo no país.

Esses elementos de uma memória oficial contrastaram, entretanto, com o próprio público local que protestou intensamente e disputou o ato cívico. Moradores das comunidades, lideranças locais, agentes Cáritas e membros do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)⁹ agitaram a celebração com palavras de ordem, denúncias e cobranças aos políticos presentes, ainda que tenham sido omitidos da propaganda oficial veiculada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional em seu canal no YouTube.¹⁰ Dentre as várias queixas relatadas pela líder popular Damiana Bruno, que conseguiu subir ao palanque para representar os demais manifestantes e quebrou a ordem ritualística do espetáculo, havia uma que se destacava.

A lembrança das casas entregues com péssimo material de construção, além da falta d'água, de energia e de terra para produção, foi coadunada com a tragédia sobre os entes queridos, familiares e amigos já falecidos e enterrados no cemitério da comunidade de São José dos Famas. Apenas dois meses antes do ato solene de inauguração da Barragem (abril), as chuvas fizeram o nível da água subir submergindo os mortos:

Disseram: qualquer dia nós vamos tirar o cemitério. E aí nós viemos embora para cá e não tiraram esse cemitério. [Explicaram:] 'Não, nós não vamos tirar agora porque a FUNCEME [Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos] disse que não vai chover. Tem tempo!'. Eu sei que quando demos fé: chuva! Cobriu tudo! Aí eu me revoltei, porque

eu tenho uma mãe e um pai enterrado lá" (Maria do Socorro Souza – Vila São José).¹¹

Diante da inundação do cemitério, a memória de Maria do Socorro expressava um trauma coletivo que atingiu a comunidade. Além da violência material da perda dos referenciais físicos de seus ancestrais, os moradores(as) de São José dos Famas tiveram que lidar com a violência simbólica de tal evento, relacionada ao conjunto de outras medidas e ações realizadas pelo Departamento Nacional de Obras Contra à Seca (DNOCS). Tais ações desarticularam as comunidades e colocaram em risco as suas existências físicas bem como a de seus referenciais culturais.

Portanto, na tentativa de instauração de uma memória e história oficial pelo espetáculo ficava evidente que a narrativa ocultava seus percalços para projetar representação coesa e harmônica a partir das ações contraditórias do Estado. O rompimento disso pela ação dos movimentos sociais, acrescido e mobilizado pelas lembranças dos moradores, projetou memórias submersas que se queriam esquecidas (POLLAK, 1989), pois eclipsadas pelas possíveis benfeitorias futuras da obra. Assim como a água invadiu o cemitério, as memórias dos submersos inundaram o ato cívico de constrangimentos e mal-estar aos responsáveis. Nesse sentido, o diálogo com Pollak (1989, p. 4) não poderia ser mais profundo e explícito:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterráneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional.

Diante dessa tensão hermenêutica mnemônica, que acrescenta elementos à panorâmica do território, pudemos observar como esses aspectos reiteram e nos colocam a pensar sobre as possibilidades de atuação do historiador na região,

⁹ A atuação do MAB na região se dá de forma constante e continuada. Em 2016, por exemplo, foi um integrante do MAB (Edpo Oliveira) quem anunciou os motivos da ocupação de uma área pertencente ao DNOCS: "As famílias atingidas do Figueiredo já somam anos de descaso e violação de direitos. A construção dessa barragem, assim como muitas outras, são exemplos de um desenvolvimento que atende a poucos. Por isso, as famílias organizadas estão aqui lutando por direitos e dignidade". Disponível em: <https://abre.ai/cGLk>. Acesso em: 10 maio 2021.

¹⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-Zbldex7MFQ>. Acesso em: 22 abr. 2019.

¹¹ Transcrição de texto do vídeo *Os impactos dos grandes projetos de (DES)envolvimento no Vale do Jaguaribe* ([2014]). Disponível em: <https://youtu.be/zmsmSfHNq3Y>. Acesso em: 13 jun. 2019.

principalmente quando retomamos os escritos, tão atuais, de Walter Benjamin ao assinalar que “[...] captar no pretérito a centelha da esperança só é dado ao historiador que estiver convicto do seguinte: se o inimigo vencer, nem mesmo os mortos estarão a salvo dele. E esse inimigo ainda não parou de vencer” (BENJAMIN, 1985, p. 156).

A proposta: trabalhar o patrimônio e a memória para enfrentar a história?

A submersão do passado dos moradores pela construção da barragem endossou os problemas apontados pelas comunidades e projetou riscos futuros, iminentes. A inauguração do Açude Figueiredo, apesar de baseada no discurso centenário de combate à seca (NEVES, 2012; MORAES, 2018) e favorecimento das populações do entorno, trouxe o anúncio da construção de um perímetro irrigado para a região, o que resultaria na desapropriação de mais 8 mil hectares, além dos 9.631 hectares já desapropriados para a construção do açude. Isso promoveria a remoção de outras centenas de famílias.¹²

Tragicamente, a contenção da água pela Barragem do Figueiredo foi acompanhada pela expulsão das pessoas que mais aguardavam e precisavam dela. Os contemplados com água foram outros: os corpos dos mortos não retirados a tempo e que acabaram submersos.¹³ Aos vivos restou a memória traumática e a violência da expulsão de seu território e das memórias dos submersos, ou simplesmente as memórias submersas, e a perda da referência física de familiares e amigos¹⁴, apesar das promessas em contrário:

[Repórter] Durante todo o processo de reassentamento a equipe responsável precisa fazer um acompanhamento individual dos moradores. Conhecer a realidade de cada um para que as mudanças sejam **menos traumáticas**. Afinal de contas eles vão deixar as terras aonde mantêm uma relação não apenas física, mas também laços afetivos. Toda uma história de vida. E para que a transição seja tranquila existem

prioridades a serem respeitadas. [Socióloga do DNOCS] A gente precisa preservar, assim, toda a rede social dele, né? Os laços afetivos. E um contato com ele. Conversar com ele, né? Mostrando todas as etapas do processo e tranquilizando. Temos o segundo item que é a infraestrutura. Então preservar...então se tiver a Igreja, fazer réplica da Igreja. **Se tiver cemitério, como São José dos Famas, fazer a transferência do cemitério com todo o aparato que exija.** A escola, a creche. Tudo a gente tem que fazer.¹⁵ (Grifo nosso).

A relação entre os territórios e as identidades das comunidades impactada pela Barragem (aqui estamos considerando também o cemitério como o território do sagrado), colocou-nos em diálogo com os atuais debates sobre memória, patrimônio e reparação. Desde o final do século XX memória e patrimônio têm se constituído em palavras-chave da consciência histórica contemporânea. Se ambos representam os “investimentos de identidade” da sociedade (POULOT, 2009) na luta pelos direitos de diversos sujeitos históricos e grupos sociais negligenciados e invisibilizados pelas políticas públicas, a ressemantização desses conceitos, e seus usos sociais no presente, os inscrevem em um movimento em que a questão do patrimônio se transforma em dever de memória.

Nessa perspectiva, a memória como dimensão política do patrimônio, tem sido mobilizada frente às demandas de reparação, redimensionando o viés político pelo adensamento do campo jurídico. O que esse movimento tem nos mostrado é o quanto essas memórias traumáticas, há muito ocultadas e silenciadas, vêm ganhando a cena pública em um esforço contínuo de superar o passado no presente e fazer dele uma nova ordem ética de reparação, pós-trauma (GONÇALVES; NOGUEIRA, 2019; MENEGUELLO; BORGES, 2018). Grosso modo, tal movimento tem sido identificado com as memórias difíceis ligadas a experiências de violência em regimes autoritários. Entretanto, é cada vez mais recorrente os usos das memórias

¹² BARRAGEM DO FIGUEIREDO. Conhecer. Fortaleza: TV Diário, 20 dez. 2008. Programa de TV. Os perímetros irrigados compõem o contexto nordestino desde a década de 1960. São grandes faixas de terra desapropriadas através de decreto federal/estadual para fins de utilidade pública. Recebem do Estado uma infraestrutura para irrigação na área que é ocupada/distribuída conforme critérios estabelecidos por lei (VIANA JÚNIOR; MAUPEOU, 2018).

¹³ Meneguello e Borges (2018) fazem o difícil, mas importante debate sobre a relação entre patrimônio, memória e reparação.

¹⁴ Sobre o debate em torno da memória cultural e sua relação com a memorização dos mortos, sugerimos o trabalho de Assmann (2011).

¹⁵ BARRAGEM DO FIGUEIREDO. Conhecer. Fortaleza: TV Diário, 20 dez. 2008. Programa de TV.

pelos mais variados grupos sociais.

Dada a possibilidade de construção de um perímetro irrigado na região essas memórias submersas e seus problemas correlatos, sobretudo o trauma e a desconfiança gerada a partir das experiências vividas, poderiam ser ampliados, multiplicados. O trauma diante do fato¹⁶ atuou como um alerta e um reforço dos laços identitários ameaçados que auxiliaram a expandir a desconfiança sobre as ações do Estado. Diante dessa e de outras tragédias cotidianas, a Cáritas adotou como estratégia investir nas experiências dos sujeitos para promoção de encontros, denominados intercâmbios, entre diferentes comunidades rurais.

Algumas dessas comunidades já haviam sido atingidas por projetos estatais e outras possivelmente seriam impactadas por novas intervenções. A fala de dona Lúcia, em intercâmbio na região da Caatinga Grande, Potiretama, é bastante lúcida neste sentido:

Lá, o nosso projeto [Perímetro Irrigado do Tabuleiro de Russas], a gente sabe que ela traz vida. A gente sabe que ele traz vida para os empresários, para as pessoas que vão trabalhar nas empresas. Mas muitos que foram desapropriados, eles se tornaram os mortos-vivos. Porque era ali que eles viviam, que tiravam o sustento da terra, mesmo sem ter água, só quando existia o inverno, e assim mesmo a gente vivia bem. E hoje nós não temos mais a terra, não temos mais onde plantar. Então, é uma morte em vida. Nós estamos vivos, mas sem a terra. Para gente significa morte.¹⁷

Essa referência tratava da primeira etapa do Perímetro Irrigado do Tabuleiro de Russas, distante 125km de Potiretama, o maior em extensão do Estado do Ceará que expulsou mais de 20 comunidades rurais (ALMEIDA *et al.*, 2019). Em diálogo com a Cáritas e as lideranças dos territórios projetamos uma inserção nessa rede de trocas e no trabalho de ampliação da discussão e fortalecimento dos laços identitários dos sujeitos com seus territórios. Lançamos mão de uma sensibilização, sobretudo junto à juventude

rural, em torno dos seus patrimônios locais, dos seus referenciais culturais e de suas memórias mediante mobilização de uma consciência histórica crítica (CERRI, 2011).

O objetivo era que os sujeitos participassem ativamente de ações observando que "[...] os verdadeiros atores são os criadores do patrimônio, muito além de serem exploradores ou usuários de um patrimônio mais ou menos sacralizado" (VARINE, 2013, p. 8). Percebemos que o patrimônio poderia ser tratado como um recurso para a resistência e o desenvolvimento local equilibrado e sustentável nos níveis social, cultural e econômico, a partir do envolvimento dos sujeitos e das comunidades no entendimento e valoração dos componentes patrimoniais (POULOT, 2011; CANDAU, 2011).

A execução do trabalho

Partindo desses princípios e enxergando no patrimônio um importante elemento de resistência para as comunidades, compusemos uma equipe com doze bolsistas dos cursos de História e Geografia da Universidade Federal do Ceará para iniciarmos o diálogo e a formação em torno dos temas aventados. Além de amplo debate teórico sobre memória, patrimônio e identidade, entendidos como questões próprias da história do tempo presente, buscamos problematizar a historicidade de tais conceitos em perspectiva com os processos de patrimonialização de bens e práticas culturais. Como é sabido, os "deslocamentos conceituais de patrimônio e memória carregam diferentes concepções de tempo, lugar social de produção e perspectivas teóricas e metodológicas, além dos sentidos políticos" que conduzem a dialética do lembrar e do esquecer pelos indivíduos (NOGUEIRA, 2014, p. 52).

No Brasil, as demandas em torno do direito à memória como elemento da cidadania marcaram o processo de redemocratização na década de 1980. Coincidem com a virada antropológica e cultural que igualmente beneficiou a renovação

¹⁶ ÁGUAS do Açude Figueiredo inundam cemitério em Iracema. *Diário do Nordeste*, Fortaleza-Ceará, 14 jun. 2019. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/aguas-do-acude-figueiredo-inundam-cemiterio-em-iracema-1.282102>. Acesso em: 10 maio 2021.

¹⁷ Transcrição de texto do vídeo *Encontro dos Territórios (23/07/14)*. Acervo CDLN. Intercâmbios. 2014.

da historiografia brasileira. Em acolhimento a essas demandas uma noção ampliada e plural de patrimônio, portadora de referência à identidade, à ação e à memória de diferentes grupos formadores da sociedade brasileira teve guarida no artigo 216 da constituição de 1988. A defesa da diversidade cultural de distintos grupos étnico-culturais contribuiu por legitimar a emergência de novos grupos sujeitos de direitos coletivos como os indígenas, quilombolas e de culturas tradicionais (NOGUEIRA; RAMOS FILHO, 2020, p. 9). Nesse mesmo movimento, outros sujeitos e movimentos sociais, assim como outras escalas que não somente a nacional, passaram a ser alcançados pela patrimonialização das diferenças. É o momento de conexão do campo do patrimônio cultural com as singularidades das identidades locais como entre as populações do campo.

Contudo, foi apenas com a aprovação do Decreto n.º 3.551/2000, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional (IPHAN), instituindo o Registro e o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI), que a ampliação da preservação com o instrumento do registro – destinado a proteger formas de expressão e modos de vida, criar e fazer, bem como objetos, artefatos e lugares que lhes é associado – trouxe novas exigências teóricas e metodológicas aos pesquisadores nas lidas com o patrimônio. Em correspondência a esse conjunto de mudanças é importante destacarmos que os grupos detentores dos bens, até então agentes silenciados, passaram a protagonizar a condição de sujeitos ativos na construção dos sentidos de patrimônio cultural imaterial (NOGUEIRA, 2019).

Perseguindo tais parâmetros e considerando a centralidade que os inventários passaram a ocupar como recurso metodológico na produção de conhecimento sobre os bens, mobilizamos as comunidades a partir de quatro grandes linhas de ação (1-pesquisa, e documentação; 2-sustentabilidade; 3-promoção; e 4-capacitação) tomando como base (e criando tensões com) o Inventário Nacional de Referenciais Culturais (INRC).

Após a formação dos bolsistas iniciamos o trabalho de campo no município de Potiretama

(distante 283km da cidade de Fortaleza, CE), mais especificamente na comunidade de Caatingueirinha, tendo como foco a juventude rural e o uso da metodologia do Inventário Participativo. A opção por essa metodologia visava garantir o protagonismo da comunidade em inventariar, descrever, classificar e definir os seus patrimônios. O trabalho foi projetado e dividido em três grandes etapas efetivadas em encontros aos finais de semana com os jovens, ao longo do ano de 2015, a saber: oficinas de introdução/sensibilização dos temas; oficinas sobre inventários participativos; e oficinas propositivas para a criação de produtos em torno do patrimônio local.

Na **primeira etapa** do projeto, pudemos contar com a experiência dos processos museológicos comunitários fomentados pelo Projeto Historiando que conseguiu atuar em quase todas as regiões do estado e cujo

[...] resultado de suas ações possibilitaram a construção de um processo de sensibilização das populações trabalhadas para a potencialidade da memória e do patrimônio cultural como ferramentas para a organização social e o desenvolvimento local (GOMES; VIEIRA, 2014, p. 409).

As oficinas mobilizaram os jovens a pensarem sobre as suas histórias de vida e sobre a história de suas comunidades, a partir de pesquisa inicial com objetos escolhidos e coletados por eles/elas significativos em seus processos identitários. Como afirma Ramos (2004, p. 35), a pedagogia do diálogo quando orientada para e a partir dos objetos possibilita leituras do mundo em diferentes contextos. Assim, os objetos escolhidos pelos jovens funcionaram como objetos geradores de reflexão sobre o tempo pretérito, presente e futuro, estimulando o debate sobre a memória, o patrimônio e a identidade dos envolvidos, além de fomentar “[...] uma pedagogia dos objetos como prática envolvida na pedagogia da pergunta e da indignação”.

Dessa etapa inicial de mobilização e sensibilização, de “educação do olhar” (MAUAD, 2005) os mais de quarenta jovens envolvidos foram convidados a ampliar suas reflexões e pesquisas sobre outros objetos, ou melhor, sobre os referenciais culturais de suas comunidades. Partimos dos es-

tudos do *Kit de Recolha de Patrimônio Imaterial*¹⁸, do *Manual de Aplicação - Programa Mais Educação*¹⁹, do livro *Memória Social: uma metodologia que conta histórias de vida e o desenvolvimento local*²⁰ e do próprio *Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação*²¹ do IPHAN.

Os cursistas construíram/adaptaram fichas para registro dos referenciais culturais divididos em quatro eixos: formas de expressão, lugares, objetos e saberes. Este trabalho fazia parte da ação de inventário participativo, a **segunda etapa do trabalho**, que durou de abril a novembro de 2015 e gerou o registro de 46 bens culturais das seguintes comunidades e localidades: Baixinha, Barro Vermelho, Barros, Bom Futuro Caatingueirinha, Lapa, Riacho Seco, Sítio Cajueiro e Sítio Pitombeira.

Imagem 1 – Entrevista para Inventário



Fonte: Acervo COMTER (2015).

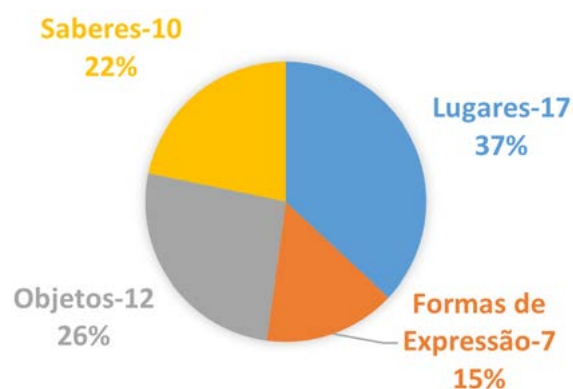
Imagem 2 – Oficina



Fonte: Acervo COMTER (2015).

Como o projeto envolvia jovens de diferentes comunidades eles puderam retornar e replicar a metodologia do inventário participativo nos seus lugares de morada. Nesse movimento, houve a supervisão dos bolsistas que se comunicaram ativamente com os jovens no sentido de orientar e dirimir suas dúvidas. Assim foi possível cobrir uma área de pesquisa maior, envolvendo uma ampla diversidade de sujeitos e garantindo uma formação que triangulava professor, bolsistas e jovens das comunidades. Os referenciais culturais inventariados foram sistematizados da seguinte forma:

Gráfico 1 – Referenciais culturais



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Após a etapa de identificação, coleta de informações e preenchimento e sistematização das fichas dos referenciais culturais, iniciamos a **terceira etapa** do projeto que estruturou o debate sobre quais bens e de que forma seriam promovidos. A primeira atividade observou “[...] a relevância da pintura no desenvolvimento da cultura a partir do ensino e da produção no campo pictórico e seus possíveis desdobramentos [...]” (SPECK; LAMPERT, 2016, p. 1). A formação sobre os referenciais culturais foi relacionada ao debate das artes e o trajeto de ensino/aprendizagem.

De forma objetiva, o colaborador de arte-educação, também graduado em História, pôde ensinar duas técnicas de pintura em tecido e uma técnica de pintura em parede programa-

¹⁸ Disponível em: <https://abre.ai/cpaH>. Acesso em: 23 mar. 2021.

¹⁹ Disponível em: <https://abre.ai/cpaK>. Acesso em: 23 mar. 2021.

²⁰ Disponível em: <https://abre.ai/cpaM>. Acesso em: 23 mar. 2021.

²¹ Disponível em: <https://abre.ai/cpaW>. Acesso em: 23 mar. 2021.

das para uma oficina de 20 horas. Os alunos escolheram, a partir das fichas do inventário participativo, os bens a serem reproduzidos em imagens. Além disso puderam criar a arte e pintar a Casa de Sementes localizada na comunidade da Caatingueirinha. Esse trabalho intensificou o fortalecimento dos laços identitários intra e extra grupo marcando de forma expressiva e lúdica as comunidades envolvidas.

Imagem 3 – Oficina de pintura



Fonte: Acervo COMTER (2015).

Imagem 4 – Igreja de Caatingueirinha



Fonte: Acervo COMTER (2015).

A segunda linha de ação nos interpôs o desafio de pensar "[...] o uso de outras linguagens para compor uma nova narrativa histórica que [desse] conta da dimensão intertextual estabelecida entre palavras e imagens" (MAUAD, 2010:142). Para ampliar nossa percepção sobre fontes históricas em uma perspectiva analítica e propositiva buscamos trabalhar o formato audiovisual em suas possibilidades propositivas e nos usos públicos da história, o que resultou na produção de curtas-metragens sobre os referenciais culturais mapeados pelos próprios moradores das comunidades.

A turma foi dividida em três grupos e cada um deles trabalhou as possibilidades de promoção dos referenciais culturais através da linguagem do audiovisual com base nas fichas do inventário participativo. Os bens escolhidos foram todos da comunidade de Caatingueirinha: o Pereiro, uma

árvore centenária; as casas de farinha, espaços tradicionais de beneficiamento da mandioca; a Casa de Sementes que alberga sementes crioulas; e o Cemitério dos Anjos, onde as crianças falecidas não batizadas eram enterradas.²² O exercício trabalhou aspectos da história oral e outras tecnologias em uma relação de aprendizado transdisciplinar com foco na promoção da identidade e do patrimônio local.

De forma mais ampla, a reflexão sobre as memórias e história das comunidades intercalada por outras formas de aprendizagem, como a linguagem das artes, proporcionou uma ampliação do conhecimento histórico pelo e para os integrantes das comunidades rurais em foco assinalando outras experiências de usos públicos da história e da memória. Essa metodologia pensada para e com os moradores, trouxe contribuições bastante propositivas, pois viabilizou aprendizagens sobre técnicas específicas (pintura e audiovisual) como ferramentas para valorização dos seus territórios e como possibilidade para pôr em reflexão as ações do historiador(a). As práticas sociais, do historiador e do artista, estiveram diretamente relacionadas nesse processo educativo/afirmativo.

Para além da proposta inicial

O trabalho realizado junto às comunidades permitiu uma reflexão mais ampla sobre as memórias e seus processos identitários (CANDAU, 2011). De fato, os elementos comuns destacados pelo exercício do inventário participativo e o debate sobre o patrimônio local fizeram emergir pontos de confluência e divergência entre os moradores. Como lembra Stuart Hall (2006), a identidade é também produzida pela diferença. A afirmação daquilo que eles não consideram ser/estar alimentou o sentimento de pertença dos envolvidos(as): a não identificação com o discurso do progresso e com a memória oficial projetada sobre e para eles materializada na Barragem do Figueiredo.

Como desdobramento do inventário participativo surgiram **então duas grandes questões de caráter propositivo** que colocaram em destaque a necessidade de reflexão sobre a relação entre pesquisa-apresentação (SANTHIAGO, 2016). A primeira delas interpôs o desafio de problematizar o que fazer com o material inventariado/coletado. A percepção da memória como ferramenta de mobilização e articulação comunitária auxiliou no debate sobre o entendimento dos museus comunitários como um instrumental adequado para as demandas das comunidades, sobretudo no que diz respeito à organização e à exposição dos bens inventariados.

A preocupação em torno da salvaguarda e da organização dos bens não garantiu apenas um processo de gestão. No sentido de autoridade compartilhada como aventado por Michael Frisch (1990), as comunidades passaram a observá-los e tratá-los de forma diferenciada, além de pôr ênfase sobre a necessidade de reflexão acerca das formas de exposição do conhecimento histórico construído a partir da pesquisa das, e por meio das comunidades. Os aspectos de suas histórias e identidades permitiram que os moradores passassem a se observar de forma mais contundente como sujeitos históricos:

A gente viu que esse resgate cultural é importante para a gente. Porque o pessoal chega e fala: "olha, vocês não têm história". O pessoal não está mobilizado, não se articula, e as pessoas simplesmente são expulsas das suas comunidades. Então se a gente tem conhecimento da nossa história e conhecimento de como esses locais são importantes para a gente e que a gente está apropriado desse local, a gente vai ter força para se mobilizar enquanto comunidade, enquanto jovens para quando eles chegarem aqui e disserem "olha, vocês não têm história"...e está aqui! Então, assim, foi algo que a gente adquiriu e esse processo trouxe algo muito bonito para a gente, que a gente aprendeu a amar a comunidade [choro]...eu me emociono [...].²³

Os sentimentos das comunidades pelos seus referenciais funcionaram como um importante

²² Os vídeos estão disponíveis no YouTube e compõem a série "Patrimônio no sertão". Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCfVHN1tv52qeiFsL1o-LV3g>. Acesso em: 14 jun. 2019.

²³ Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais da Universidade Federal do Ceará (COMTER). Memória das Comunidades Impactadas pelos Perímetros Irrigados no Ceará (MCIPIC). Entrevista com Daniele Moura. 10 nov. 2018.

mobilizador para a construção do "Museu Comunitário da Resistência Histórica e Cultural das Comunidades de Potiretama". Na comunidade de Caatingueirinha, ao lado da "Casa de Sementes Renascer do Sertão", o Museu foi construído em mutirão, contando com a doação do terreno por

um morador local. O pensar e o refletir sobre o(s) passado(s) através dos referenciais culturais foi assim materializado nesse prédio que se apresentou como um futuro possível/viável a partir de "[...] novos princípios de compreensão do mundo" (GODINHO, 2017, p. 339).

Imagem 5 – Construção do Museu



Fonte: Acervo COMTER (2015).

Imagem 6 – Visita ao Museu pelo CRAS



Fonte: Acervo COMTER (2015).

A segunda proposição, dada a especificidade dos bens inventariados (saberes, lugares, objetos e formas de expressão), pôs em painel as possibilidades de trabalho com alguns referenciais culturais específicos que não podiam compor o espaço físico do Museu por uma questão evidente. Dentre as 17 fichas sobre lugares, chamou-nos atenção uma que trouxe a seguinte descrição:

Inscrições em pedras. Na Fazenda do senhor José Vilani, localizada no Sítio Pitombeira, há indícios de inscrições feitas em pedras. Supõe-se que essas inscrições [foram] feitas por povos indígenas, segundo relato dos moradores mais idosos da cidade. Não há visitação constante,

apenas por alguns estudantes do município, sendo necessário solicitar a autorização do proprietário com antecedência. No lugar funciona uma fazenda que desenvolve criação de animais.²⁴

Os indícios apontados pelos responsáveis da ficha impulsionaram a descoberta de um conjunto de grafismos rupestres e artefatos antigos na região. A partir da presença do arqueólogo Everaldo Gomes e do guiamento dos moradores, conseguimos realizar a identificação e o mapeamento de três sítios arqueológicos que foram devidamente apresentados ao IPHAN, através de fichas do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA).

Imagem 7 – Artefatos 1



Fonte: Acervo COMTER (2015).

Imagem 8 – Inscrição rupestre



Fonte: Acervo COMTER (2015).

Como desvela Queirós (2013), a identificação e estudo de sítios arqueológicos no Vale do Jaguaribe auxiliam na compreensão dos modos de vida das populações que habitavam aquele espaço, antes e após a invasão europeia. Dado o potencial hidrico do Rio Jaguaribe em uma região de clima semiárido, as disputas, principalmente para a expansão da pecuária durante o período colonial na Capitania do Siará (PINHEIRO, 2008), foram marcadas por conflitos sangüinários ocasionando a expulsão e/ou assassinato dos povos indígenas que compunham o Vale (PUNTONI, 2002).

²⁴ Acervo COMTER. Inventário Participativo Potiretama. Ficha n. 12. p. 2.

Desta forma, as descobertas feitas a partir do Inventário Participativo contribuíram para o melhor entendimento do território remetendo mesmo a temporalidades do período colonial e pré-colonial, o que ainda carece de maior aprofundamento analítico pelos estudiosos acadêmicos do tema para a região. Com destaque para as possibilidades no campo da História Indígena, neste processo caminhamos na perspectiva aventada por Jonathan Hill, quando afirma que:

[...] devemos fazer todo esforço possível para demonstrar como histórias alternativas indígenas são relevantes e significativas para o projeto mais amplo de recuperar o conhecimento histórico por meio de arqueologia, linguística, etnomusicologia, ecologia, botânica, história e outras disciplinas (2013, p. 39).

O mapeamento dos sítios arqueológicos e históricos desvelou um potencial de usos destes espaços pela população local que pôde ser qualificado em duplo movimento. Por um lado,

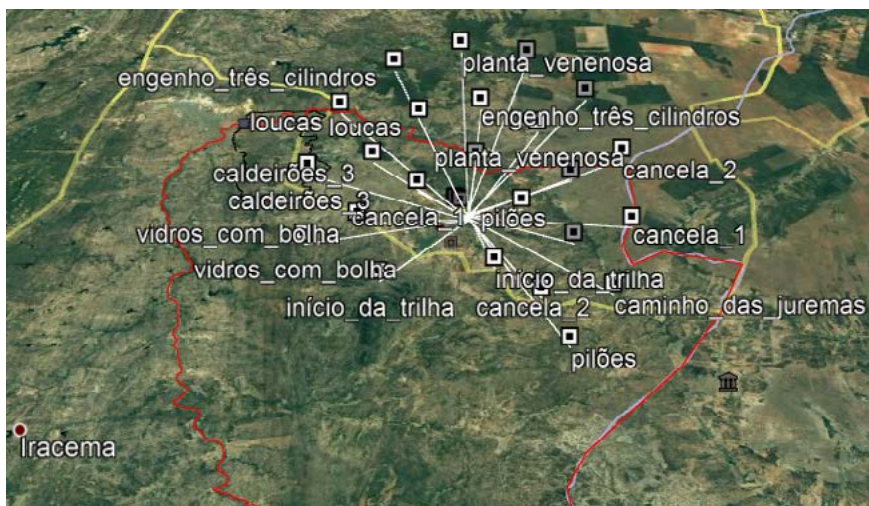
a percepção e a defesa do patrimônio arqueológico se tornaram ferramenta e linguagem de resistência no território enquanto, por outro lado, possibilitou uma maior dinamização do território principalmente no que diz respeito à produção de conhecimento e ao estímulo de práticas lúdico-educativas nos exercícios de visitas guiadas.

Imagem 9 – Aula de campo 1



Fonte: Acervo COMTER (2015).

Imagem 10 – Georreferenciamento dos bens da Trilha Pitombeira



Fonte: Acervo COMTER (2015).

O trabalho de georreferenciamento dos sítios arqueológicos realizados em parceria com os sujeitos dos próprios territórios potencializou a configuração de trilhas que debatessem temáticas relacionadas à arqueologia, história e ecologia, em um movimento de confluência dos saberes

dos agricultores e trabalhadores da região e de conhecimentos acadêmicos (QUEIRÓS, 2013). De forma pragmática, passou-se a estabelecer uma visita constante aos sítios mediante aulas de campo tanto por alunos universitários²⁵ como pelo corpo discente das escolas municipais de

²⁵ Referimo-nos aos alunos/as da Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, Universidade do Vale do Acaraú (UVA).

Potiretama e outros, como as visitas das crianças e jovens atendidas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), conforme exposto na Imagem.²⁶

Considerações finais – uma história pública?

O trabalho, aqui problematizado e apresentado em formato de artigo, buscou seguir um planejamento, mas acabou excedendo os limites de sua projeção inicial. Na caminhada realizada, a atividade de pesquisa evidenciou problemáticas apresentadas pelos próprios sujeitos dos territórios que remetiam a questões pretéritas e do tempo presente (questão da terra, água, reforma agrária, emprego/renda). Consegui ainda projetar problemas futuros, em potencial, advindos das políticas de irrigação e açudagem. Deste painel analítico, refletimos então como o historiador poderia ter a sua função ampliada em um sentido social e propositivo, concatenando pesquisa, ensino e extensão.

No movimento investigativo-propositivo descobrimo-nos, ou melhor, percebemo-nos como possíveis integrantes de um movimento historiográfico mais amplo que possui conectivos com as inquietações, ações e reflexões brevemente aqui esboçadas. Nas aventuras e desventuras de pensar o trabalho do historiador em um viés propositivo, o campo da história pública e do patrimônio cultural se mostrou bastante fértil.

Apesar do amplo debate acerca da "indefinição ou múltiplas definições" sobre a História Pública, existe um conjunto de experiências que podem sinalizar protocolos para pensá-la de forma pragmática e epistemológica e com os quais tentamos, algumas vezes sem qualificar desta forma, estabelecer diálogo (FAGUNDES; MELO; KOBELINSKI, 2019, p. 33), quais sejam: a aproximação da História com públicos não acadêmicos, a participação pública de forma mais ampla e o direcionamento de métodos e técnicas próprios da História para temáticas do cotidiano (CAUVIN, 2018). Sem olvidar da relação entre a História

Pública e os processos de patrimonialização da cultura. Nesta, os usos do patrimônio enquanto direito à memória tem funcionado como exercício de cidadania na construção de novas narrativas históricas (ALMEIDA; MENESES, 2018).

Certamente, **a questão do público** apareceu como um dos elementos centrais nesse exercício de aproximação do nosso trabalho com as formas de história pública. Como demonstrado acima, desde a identificação dos problemas até a investigação e a proposição das formas de atuação nos territórios estivemos envolvidos com os sujeitos locais do Baixo e Médio Jaguaribe cearense. Nesse movimento, a intervenção acadêmica foi precedida, acompanhada e avaliada pela escuta e fala dos territórios projetando não um trabalho para os sujeitos, mas com e a partir dos sujeitos. Afinal, a história pública não constitui uma via de mão única (FRISCH, 2016). Através dos inventários, eles se tornaram partícipes da concepção, implantação e avaliação da investigação, além de proponentes e autores de suas próprias narrativas históricas, memórias e patrimônios.

A relação entre a pesquisa e a sua apresentação configura outro ponto de convergência. Dada a característica de intensa participação do público, dos sujeitos do próprio território no trabalho realizado, projetou-se outras formas de investigação e de exposição do conhecimento construído. Para além do público acadêmico, muito para além dele, as experiências configuradas nos territórios permitiram uma dupla dilatação: a ampliação do público exógeno que passou a conhecer os territórios através do olhar de seus moradores, com foco na valorização de suas histórias e seus patrimônios; e o alargamento do público endógeno, a partir da integração de sujeitos a novas percepções e formas de sentir os seus objetos, bens, espaços.

Em nossa avaliação, o trabalho de construção do Museu Comunitário em formato de mutirão sinalizou a materialização de uma maior integração dos membros das comunidades entre si e das ações já existentes no território, a exemplo

²⁶ Referimo-nos às escolas de ensino fundamental: André Campelo, Antônio Severiano de Holanda e Reginaldo Magalhães de Almeida.

das práticas de convivência com o semiárido (Casa de Sementes). A identificação e/ou coleta dos referenciais culturais intensificou o debate sobre a relação memória-identidade (CANDAU, 2011): a construção da Barragem do Figueiredo que expulsou e dispersou moradores foi contraditada pela construção do Museu em formato de cooperação mútua e como polo convergente de histórias de vida dos sujeitos e das comunidades. A negação do Açude se deu de forma concomitante ao investimento positivo de sentimentos em relação ao Museu e seus objetos evidenciando-se, desta forma, os usos do Museu como dispositivo de resistência à geração de novas memórias traumáticas.

Também por esse sentido, o trabalho de guiamento aos sítios históricos e arqueológicos dinamizou a concepção de patrimônio à serviço do desenvolvimento local, intensificando visitas aos territórios por públicos diversos (VARINE, 2013). Ademais, o desafio de enveredar por outras áreas como a pintura e o audiovisual auxiliou na percepção da "[...] visualidade que caracteriza o material como vetor expressivo de arte como matéria para o público [...]" (FAGUNDES, 2019:34; MAUAD, 2016). Formas de apresentação do material de pesquisa e do conhecimento construído que não seguiram um delineamento de concepção/exposição estritamente acadêmicos no âmbito historiográfico e que nos aproximam das concepções e práticas da História Pública.

Por fim, a perspectiva polifônica expressa na **interdisciplinaridade** das ações do trabalho colocou em evidência a possibilidade de sentindo de um trânsito de informações e conhecimentos que sugere uma maior atenção no contexto acadêmico. Da percepção das "inscrições em pedras" pelos moradores do território ampliou-se o conhecimento sobre o Médio Jaguaribe cearense em uma perspectiva histórico-arqueológica. O movimento em torno da memória local/comunitária pôde ser pensado e incorporado a uma memória mais ampla jogando luzes sobre a história do país, sobretudo em seu período pré-colonial e colonial. O micro proporcionou uma releitura do macro nesses jogos de escalas

(REVEL, 1998) e as experiências do trabalho, para, com, e, através de públicos que não necessariamente o acadêmico, viabilizaram reflexões sobre formas de dinamização do nosso trabalho, do trabalho do historiador.

Nessa caminhada, enfrentando as questões levantadas por Jurandir Malerba (2014, p. 44), pensamos ter mostrado à "[...] sociedade que fazer sentido do passado como história é importante e necessário"; e que não apenas é possível responder às demandas por uma história popular de qualidade, como é viável criar demandas no campo da história junto às comunidades e que respondam aos seus anseios. Dito de outra maneira: sair da berlinda em que se encontram os acadêmicos(as) através do enfrentando de problemas reais e imediatos. Talvez um outro horizonte. Certamente um grande desafio.

Referências

- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALMEIDA, Diego Gadelha de. (Des)envolvimento e lógica destrutiva no Tabuleiro de Russas. In: ALMEIDA, Diego Gadelha; VIANA JÚNIOR, Mário Martins, CHAVES, Rosa Sérgio; GOIS, Sarah Campelo Cruz (org.). *História, memória e conflitos territoriais no Ceará: comunidades do Tabuleiro de Russas*. 1. ed. Fortaleza: EdUECE, 2019. v. 1, p. 129-142.
- ALMEIDA, Juliele Rabêlo de; MENESES, Sônia (org.). *História Pública em debate: Patrimônio, educação e mediações do passado*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- ASSMANN, Aleida. *Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: UNICAMP, 2011.
- BENJAMIN, Walter. Teses sobre filosofia da história. In: KOTHE, Flávio R. (org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1985.
- BURSZTYN, Marcel. *O poder dos donos. Planejamento e clientelismo no Nordeste*. Rio de Janeiro, Fortaleza: BNB, 2008.
- CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011. 219 p.
- CAUVIN, Thomas. A ascensão da História Pública: uma perspectiva internacional. *Revista NUPEM*, Campo Mourão, v. 11, n. 23, p. 8-28, maio/ago. 2019.
- CERRI, Luis Fernando. *Ensino de história e consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

COBA CONSULTORES DE ENGENHARIA E AMBIENTE E VBA CONSULTORES. *Relatório de impacto ambiental da Barragem Figueiredo*, [2003?].

FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. É possível fazer tábula rasa do passado e do presente dos historiadores? In: Lucília de Almeida Neves; Marieta de Moraes Ferreira (org.). *História do Tempo Presente*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014. v. 1, p. 15-34.

FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. Entre tradição, inovação e renovação: sobre cursos de História brasileiros. *Revista Saeculum*, [S. l.], n. 32, p. 159-181, jan./jun. 2015.

FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra; MELO, Ricardo Marques de; KOBELINSKI, Michel. História pública brasileira e internacional: seu desenvolvimento no tempo, possíveis consensos e dissensos. *Revista do NUPEM*, [S. l.], v. 11, p. 29-47, 2019.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia hist.*, [S. l.] v. 28, n. 47, p. 43-59, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_art-text&pid=S0104-87752012000100003&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 10 maio 2021.

FRISCH, Michael. *A Shared Authority: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History*. New York: State University of New York Press, 1990.

FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única, ou, De A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele; SANTHIAGO, Ricardo (org.). *História Pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 57-70.

GODINHO, Paula. Movimentos sociais rurais: questões de teoria e métodos. In:

FREIRE, Dulce; FONSECA, Inês; GODINHO, Paula (coord.). *Mundo Rural*. Transformação e resistência na Península Ibérica (século XX), Lisboa: Edições Colibri, 2000.

GODINHO, Paula. *O futuro é para sempre – experiência, expectativa e práticas possíveis*. Lisboa: Letra Livre: Através, 2017.

GOMES, Alexandre; VIEIRA, João Paulo. A rede cearense de museus comunitários: processos e desafios para a organização de um campo museológico autônomo. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, n. 41, p. 489-414, 2014.

GONÇALVES, Janine. Da educação do público à participação cidadã: sobre ações educativas e patrimônio cultural. *MOUSEION*, Canoas, n. 19, p. 83-97, dez. 2014.

GONÇALVES, Janice; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Apresentação do Dossiê: Memória, Ética e Reparação. *Revista Percursos*, Florianópolis, v. 20, n. 42, p. 4-7, 2019.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HILL, Jonathan. Etnicidade na Amazônia Antiga: reconstruindo identidades do passado por meio da arqueologia, da linguística e da etno-história. *ILHA*, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 35-69, jan./jun. 2013.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *O Coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

MALERBA, Jurandi. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. *Revista Brasileira de História*, [S. l.], v. 37, n. 74, p. 135-154.

MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 133-174, jan./jun. 2005.

MAUAD, Ana Maria. Fontes de memória e o conceito de escrita videográfica: a propósito da fatura do texto videográfico Milton Guran em três tempos. *História oral*, [S. l.], v. 1, n. 13, p. 141-151, 2010.

MAUAD, Ana Maria. Sobre as imagens na História, um balanço de conceitos e perspectivas. *Maracanan*, [S. l.], v. 12, p. 25-32, 2016.

MENEGUELLO, Cristina; BORGES, Viviane. Patrimônio, memória e reparação: a preservação dos lugares destinados à hanseníase no estado de São Paulo. *Patrimônio e Memória*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 345-374, jul./dez. 2018.

MORAES, Kleiton de Sousa. *O progresso descobre o sertão: a Inspeção de Obras Contra as Secas (1909-1918)*. Rio de Janeiro: Alameda, 2018.

MOREIRA, Carolina Rodrigues. "Pai Nosso revolucionário": A experiência de luta e fé da caritas diocesana de Limoeiro do Norte no Vale do Jaguaribe/CE (1992-2013). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 30., 2019, Recife. *Anais [...]*. Recife: UFPE, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565311804_ARQUIVO_PainossorevolucionarioAexperienciadelutaefedaCaritasDiocesanadeLimoeirodoNortenoValedoJaguaribe.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.

NEVES, Frederico de Castro. O Nordeste e a historiografia brasileira. *Ponta de Lança*. São Cristóvão, v. 5, n. 10, abr./out. 2012.

NEVES, Lucília de Almeida; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História do Tempo Presente*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos; RAMOS FILHO, Vagner Silva. Afinal, o que é patrimônio? Conceitos e suas trajetórias. In: NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos; RAMOS FILHO, Vagner Silva. *Curso Formação de Mediadores de Educação para Patrimônio*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2020. v. 1.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Literatura de cordel: folclore, coleção e patrimônio imaterial. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, [S. l.], v. 72, p. 262-275, 2019.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Inventários, espaço, memória e sensibilidades urbanas. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 58, p. 37-53, 2015.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. *Antíteses*, Londrina, v. 7, n. 14, p. 45-67, 2014.

PALITOT, Estevão Martins (org.). *Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará*. Fortaleza: Museu do Ceará/Imoper, 2009.

PINHEIRO, Francisco José. *Notas sobre a formação social do Ceará (1680-1820)*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

POULOT, Dominique. Cultura, História, valores patrimoniais e museus. *Varia hist.*, [S. l.], v. 27, n. 46, p. 471-480, 2011.

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e colonização do sertão nordeste do Brasil (1650-1720)*. São Paulo: Edusp: Hucitec, 2002.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Rio de Janeiro: Autêntica, 2008.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 3-15, 1989.

QUEIRÓS, Agnelo Fernandes de. *Os grafismos rupestres da Lagoa das Pedras Pintadas, Alto Santo, região do Jaguaribe, Ceará: documentação, estado de conservação e análise contextual*. 2016. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Arqueologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino de História*. Chapecó: Argos, 2004.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2008.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 93-102.

SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SANTOS, Milton et al. (org.). *Território: Globalização e Fragmentação*. 4. ed. São Paulo: Hucitec: Anpur, 1998.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. *Soc. estado*, Brasília, v. 18, n. 1-2, p. 361-385, dez. 2003.

SOUSA, Francisco Marcos Xavier de. *Assentamento boa esperança, o MAB e a Barragem do Figueiredo, Iracema-CE: Territórios, Lutas, Conflitos e Sobrevivência*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

SPECK, Katia; LAMPERT, Jocielle. Arte educação pela pintura: a articulação do ensino com a prática artística do professor/artista/pesquisador. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 21., 2016, Santa Catarina. *Anais* [...]. Florianópolis: Udesc, 2016. p. 1-2. Disponível em: http://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/2553/15.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.

SCHWARCZ, Liliam Moritz. *As Barbas do imperador, D. Pedro II: um Monarca dos Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VARINE, Hugues de. *As raízes do futuro: patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Tradução de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

VIANA JÚNIOR, Mário Martins; MAUPEOU, Samuel Carvalheira de. Da produção camponesa familiar ao capitalismo: o perímetro irrigado tabuleiro de russas no Ceará (1988-2008). *Tempos Históricos*, [S. l.], v. 22, p. 120-145, 1. sem. 2018.

VINYES, Ricard (ed.). *El Estado y la Memoria. Gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona: RBA Libros; Young: James, 2009.

Mário Martins Viana Júnior

Doutor em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, SC, Brasil; professor da Universidade Federal do Ceará, (UFC), em Fortaleza, CE, Brasil.

Antonio Gilberto Ramos Nogueira

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em São Paulo, SP, Brasil; professor da Universidade Federal do Ceará, (UFC), em Fortaleza, CE, Brasil.

Endereço para correspondência

Mário Martins Viana Júnior
Universidade Federal do Ceará
Departamento de História
Av. da Universidade, 2762
Benfica, 60020-180
Fortaleza, CE, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação.